

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-CNPG – 21-08-2015

ATA 09/2015

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 09:00 horas, na sala de reuniões 1 do Hotel Confort Suites Flamboyant, em Goiânia - GO, em Reunião do Conselho Nacional de 2 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG, estiveram 3 presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Lauro Machado Nogueira, Procurador-4 Geral de Justiça do Estado de Goiás, Presidente do CNPG; Dr. Oswaldo D'Albuquerque Lima 5 Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre; Dr. Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, 6 Procurador-Geral de Justica do Estado de Alagoas; Dra. Maria do Socorro Pelaes Braga, 7 representando o Dr. Roberto da Silva Álvares, Procurador-Geral de Justiça do Estado do 8 Amapá; Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro, Procurador-Geral de Justiça do Estado do 9 Amazonas; Dr. Márcio José Cordeiro Fahel, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia; 10 Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Dr. Josemar Moreira, 11 Subprocurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo; Dr. Paulo Roberto Jorge do 12 Prado, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso; Dr. Carlos André Mariani 13 Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr. Jorge de Mendonça 14 Rocha, representando o Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves, Procurador-Geral de Justiça 15 do Estado do Pará; Dr. José Raimundo de Lima, representando o Dr. Bertrand de Araújo 16 Asfora, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraiba; Dr. Gilberto Giacóia, Procurador-17 18 Geral de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco; Dr. Cleandro Alves de Moura, 19 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí; Dr. Ertulei Laureano Matos, representando o 20 Dr. Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. 21 Clayton Barreto de Oliveira, representando o Dr. Rinaldo Reis Lima, Procurador-Geral de 22 Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; Dr. Marcelo Lemos Dornelles, Procurador-Geral 23 de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Airton Pedro Marin Filho, Procurador-Geral 24 de Justica do Estado de Rondônia; Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça do 25 Estado de Santa Catarina; Dr. José Carlos Cosenzo, representando o Dr. Marcio Fernandes 26 Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. José Rony Silvà 27 Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Clenan Renaut de Melo 28 Pereira, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Marcelo Weitzel Rabello de 29 Souza, Procurador-Geral de Justiça do MPM; Dr. Jeferson Luiz Pereira Coclho, representando 30 o Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral de Justiça do MPT; Dr. Rodrigo Janot 31 Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República e Presidente do CNMP; Dra. Norma 32 Angélica Reis Cavalcanti, Presidente da CONAMP; Dr. Otávio Brito Lopes, Conselheiro do 33 Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Esdras Dantas de Souza, Conselheiro do 34 Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Fábio Bastos Stica, Conselheiro do Conselho 35 Nacional do Ministério Público; Dr. Fábio George da Cruz Nóbrega, Conselheiro do Conselho 36 Nacional do Ministério Público; Dr. Orlando Rochadel, Conselheiro do Conselho Nacional do 37 Ministério Público; Dr. Manuel Pinheiro Freitas, Assessor Internacional do CNPG; Dr. 38 Clodoaldo Silva da Anunciação, Secretário-Executivo do GNDH; Dra. Roberta Pondé 39 Amorim de Almeida, Secretária-Executiva do CNPG. Presentes, ainda, como convidados, Dr., 40 Benedito Torres Neto, presidente da Associação Goiana do Ministério Público e Dr. Abraão 41 Júnior Miranda Coelho, Corregedor-Geral do MPGO. INICIADOS OS TRABALHOS: após 42

D

Ø

V

Market &





REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-CNPG - 21-08-2015

ATA 09/2015

cumprimentar os presentes, o Presidente externou o apoio do CNPG à recondução de Rodrigo Janot ao cargo de Procurador-Geral da República e parabenizou os novos conselheiros do CNMP presentes, Drs. Otávio Brito Lopes e Fábio Bastos Stica. Em seguida, franqueou a palavra aos demais membros e convidados, tendo o Dr. Rodrigo Janot abordado acerca de ações do MPF e sobre o papel institucional do Ministério Público Brasileiro. Em seguida, vários dos presentes externaram o apoio à recondução de Rodrigo Janot ao cargo de Procurador-Geral da República e ao trabalho da PGR, sendo eles: Dra. Norma Angélica Reis Cavalcanti, Dr. Benedito Torres Neto, Dr. Leonardo Roscoe Bessa; Dr. Fábio George; Dr. Abraão Júnior Miranda Coelho; Dr. Marcelo Lemos Dornelles; Dr. Gilberto Giacóia. Retomou a palavra o Dr. Rodrigo Janot que comentou acerca de decisão recente do STJ que reconheceu a legitimidade do MP para ajuizamento de ações que visam melhorias no sistema prisional e a competência do Judiciário para intervir nas políticas públicas que tangenciam o tema, ressaltando a dimensão da decisão. Salientou o PGR a existência de programa denominado "Segurança Sem Violência", do CNMP, que será implantado brevemente em decorrência desta decisão. Ainda, comunicou aos presentes que no início de setembro será instalada uma sala de apoio aos PGJs na sede do CNMP. Sobre a questão do sistema prisional, o Dr. Carlos André Mariani Bittencourt e o Dr. Marcelo Lemos Dornelles traçaram breves considerações sobre a realidade e problemas enfrentados em seus respectivos Estados. Passouse, em seguida, aos temas da pauta propriamente dita: foi aprovada, por unanimidade, a ata relativa à reunião ordinária do dia 31 de julho de 2015. Seguiram-se as comunicações acerca do andamento de representação endereçada à PGR, em que se questiona a Resolução nº 154/CNJ, que trata da destinação das penas pecuniárias, bem como sobre proposta de Resolução do CNMP sobre a publicação de decisões de órgãos colegiados do MP. Sobre esta última (Processo CNMP nº 1675/2014-80), ficou assentado que caso algum dos presentes queira encaminhar sugestões de alteração do texto, poderá fazê-lo pela secretaria do CNPG. Prosseguindo, o Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza repassou informações sobre curso/de combate ao terrorismo, que abordará temas tais como: legislação, guerra cibernética e inteligência, solicitando apoio do CNPG, com indicação de membros para participação. Em/ seguida, foi apresentada sugestão do Ministério Público de Minas Gerias para indicação de membro para coordenação da área eleitoral em cada um dos Estados e DF, ressalvando, contudo, a oneração no orçamento. A presidência sugeriu que o Dr. Carlos André Mariani I Bittencourt, PGJ-MG, encaminhasse a minuta que instituiu a referida coordenação no âmbito do MP mineiro para submissão aos demais membros do colegiado e apreciação da proposta ha reunião seguinte, em 22 de setembro. Quanto ao tema seguinte da pauta - situação orçamentária do MP, a Presidência deliberou, com anuência dos demais, pela postergação pala reunião futura e solicitou aos presentes que respondessem aos formulários já encaminhados pela Secretaria Executiva para compilação de dados. Em seguida, o assessor internacional do CNPG, Dr. Manuel Pinheiro Freitas, apresentou o plano de trabalho da aludida assessoria para o segundo semestre de 2015, cujos focos serão a articulação política e cooperação técnica com órgãos internacionais e a busca por aperfeiçoamento profissional a baixo custo, voltado às atividades práticas. Passou-se, então, ao item seguinte da pauta - apreciação dos requerimentos // e propostas de notas técnicas do GNDH, apresentados pelo Presidente do GNDH, Dr. Márcio

> 39 40 41

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30





REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-CNPG – 21-08-2015

ATA 09/2015

José Cordeiro Fahel e pelo Secretário-Executivo do GNDH, Dr. Clodoaldo Silva da 1 Anunciação. Foram submetidas ao plenário a Nota Técnica nº 2/2015 da Comissão 2 Permanente da Infância e Juventude do GNDH, contrária à redução da idade para 3 responsabilização penal, e a Nota Técnica nº 3/2015, da mesma comissão, que trata da redução 4 5 da idade mínima do trabalho infantil. Ambas as notas foram homologadas pelo plenário, à unanimidade. Os demais enunciados propostos pelas comissões do GNDH e a nota pública 6 contrária às Emendas Constitucionais em trâmite que pretendem reduzir a idade mínima de 8 admissão ao trabalho tiveram a apreciação postergada para a próxima reunião. O Presidente do GNDH apresentou demanda para que fosse autorizada, ainda neste ano de 2015, mais uma reunião do grupo, o que foi indeferido pelo plenário em razão de contenção de despesas. 10 Seguiu-se apresentação do Presidente de proposta de termo de cooperação técnica a ser 11 firmado entre o CNPG e a União, representada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, 12 13 visando ao estabelecimento de esforços para proteção dos bens, valores e direitos relativos às máquinas e equipamentos doados às prefeituras no âmbito do Programa de Aceleração do 14 Crescimento. O termo foi aprovado à unanimidade. Em seguida, o Presidente informou que o 15 item 4 – propostas de combate à corrupção, seria retirado da pauta, a pedido do Dr. Márcio 16 Fernando Elias Rosa. Por fim, eu, Roberta Pondé Amorim de Almeida, Secretária-Executiva 17 do CNPG, lavrei esta ata, a qual vai assinada por prim e pelos integrantes do Conselho 18 Nacional de Procuradores-Gerais de Justica do Ministerio Público dos Estados e da União 19 presentes.

